

14.mai.2015 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **Federação das Associações Juvenis do Distrito da Guarda (FAJDG)**
Armando Neves (Secretário Executivo), David Garcia (Vice-Presidente), Ângela Ferreira (Tesoureira), Joaquim Fernandes (Presidente da Assembleia Geral), António Santos (Assembleia Geral), Carlos Alves (Assembleia Geral), José Ferreira (Presidente do Conselho Fiscal), José Fernandes (Conselho Fiscal) e David Fernandes (Vogal da Direção)

Recebidos por: Deputados Rui Pedro Duarte (PS) e João Prata (PSD)

Exposição: O Sr. Deputado Rui Pedro Duarte (PS) apresentou as boas vindas aos representantes da Federação das Associações Juvenis do Distrito da Guarda (FAJDG), a quem deu de imediato a palavra.

Os representantes da FAJDG agradeceram a concessão da audiência e fizeram uma breve apresentação da Federação, uma entidade pública sem fins lucrativos, fundada em 1998 e que exerce a sua ação no apoio aos jovens e associações juvenis do Distrito da Guarda.

Apresentaram, de seguida, algumas das suas preocupações e que, em síntese, se apresentam:

1. Ponto de situação dos serviços e equipamentos do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) na Guarda:
Pese embora tenham recebido a garantia, por parte da Secretaria de Estado do Desporto e Juventude, quanto à manutenção da delegação regional, consideraram que o espaço poderia ser dinamizado, permitindo a sua utilização pelos jovens.
2. Reabertura da Pousada da Juventude da Guarda, que encerrou por quatro meses, há dois ou três anos, não tendo, entretanto, voltado a abrir. A Guarda é a única capital de distrito sem pousada de juventude a funcionar.
3. Promoção e desenvolvimento de atividades e estratégias conjuntas no âmbito do “Plano Estratégico da Juventude 2020” nos domínios da Educação, Emprego Jovem, Alterações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, Combate à Pobreza e Inclusão Social, Literacia Digital e Diálogo Intergeracional.
4. Projeto “JUVIBERIA:
Trata-se de um projeto transfronteiriço que deve ser explorado ao máximo.

Terminaram, afirmando que querem participar nas decisões e fazer parte das soluções, sublinhando que as associações são polos importantes para trazer de volta os jovens, que vão estudar fora do distrito, pelo que importa criar incentivos neste sentido.

Referiram-se à questão das portagens, um constrangimento que dificulta a mobilização dos jovens, e chamaram a atenção para a necessidade de os projetos se adaptarem à realidade do país e, neste caso, da interioridade.

O Sr. Deputado João Prata (PSD) referiu-se à intervenção diferenciada e diferenciadora das autarquias relativamente ao movimento associativo, tendo em vista um papel mais interventivo e participativo dos jovens e suas associações. Frisou o problema do despovoamento e afirmou que as associações são hoje polos de desenvolvimento, sendo que a Guarda continua bem representada no que se refere ao número de associações inscritas no Registo Nacional de Associações Juvenis (RNAJ). Congratulou-se ainda com o facto de se manterem os programas



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

destinados aos jovens, apesar da situação difícil que o país atravessa, sublinhando que se verificou mesmo um ligeiro reforço de verbas no apoio às associações juvenis. Fez ainda referência ao roteiro associativo e ao Livro Branco, à importância da cooperação transfronteiriça e do programa Erasmus. Terminou, afirmando existir garantia de que o IPDJ terá condições dignas e lembrando que existem duas Pousadas de Juventude em funcionamento no distrito e solicitou propostas para a fixação de jovens no interior.

O Sr. Deputado Rui Pedro Duarte (PS) cumprimentou os presentes e saudou-os pela energia e pelo trabalho que desenvolvem nas associações a que pertencem e fez referência ao [projeto de lei](#) que apresentou, quando chegou ao Parlamento, com vista ao reforço da representação das organizações de juventude no Conselho Económico e Social, concretamente o Conselho Nacional de Juventude e a Federação Nacional das Associações Juvenis. Manifestou-se ainda sensível às questões expostas e, relativamente às instalações do IPDJ, considerou que devem ser dinamizadas pelas associações, devendo servir de interface associativo e não apenas administrativo. Terminou, perguntando se a mudança de espaço constitui um constrangimento, mesmo se forem garantidas as condições de funcionamento, e referiu-se também ao programa Erasmus +, entendendo que o atual sistema, que incluiu a educação formal e não formal, saiu prejudicado da fusão.

Os representantes da FAJDG referiram-se aos programas de verão (OTL, Férias em Movimento), lamentando que tenha sido encurtado o período para 5 dias, e que não tenham sido atempadamente informados, visto terem já assumido compromissos. Lembraram ainda o preço pago aos monitores – 0,20€/hora - afirmando não se reverem nesta forma de fazer associativismo.

Relativamente à forma de fixação de jovens no interior, lembraram que é necessário emprego e paixão, sendo que o associativismo pode dar um contributo importante. Lembraram a questão das portagens, considerando que se trata de um enorme constrangimento, que impede a saída do interior. Assim, propõem, por exemplo, que sejam atribuídas 10 viagens sem pagamento de portagem.

Terminaram, considerando que o IPDJ não deve ser apenas um conjunto de equipamentos, mas também de processos dinâmicos, de envolvimento associativo, devendo as associações ser chamadas a dar contributos, em vez de lhe serem impostas regras, com as quais, muitas vezes, não concordam.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 14 de maio de 2015

A assessora
Cristina Tavares